

BOLETIM O TRABALHO

A emancipação dos trabalhadores será obra dos próprios trabalhadores

Manda a UE...

Vozes : a Execução do Orçamento

O ministro das Finanças assegurou ao Parlamento que o défice orçamental de 2016 não será superior a 2,1% do PIB: abaixo da meta de 2,5% definida por Bruxelas.

Bloco de Esquerda e PCP criticaram: a diferença significa que centenas de milhões de euros podiam ter sido aplicados nos serviços públicos.

Deputada Mariana Mortágua (BE): “há 1674 milhões de euros que podiam estar a ser gastos para a contratar auxiliares para as escolas, para contratar no SNS e investir na saúde do país, a investir nos transportes, (...) a investir em desagravar impostos”. (JN, 15/2)

Deputado do PCP Paulo Sá: “Cada décima adicional ao défice representa uma margem orçamental de 190 milhões de euros (...) Se o défice fosse 2,5% ou 2,6% permitiria, saindo do défice excessivo, a libertação de centenas de milhões de euros para a reposição de rendimentos”.

Deputado do PS, Brilhante Dias: “não havia margem por causa do ajustamento estrutural que o país está obrigado a fazer”. Ajustamento que, segundo o deputado, apesar disso foi “zero” em 2016. Os números do BE e do PC são “contas de mercearia que não têm em conta que Portugal tem que reduzir o saldo estrutural até 2020” para -0,5% do PIB. “Neste momento ainda estamos muito longe do objectivo. E não conseguimos aumentar a despesa e depois conseguir ter um duplo compromisso de ficar abaixo dos 3% de Maastricht e cumprir a redução do saldo estrutural do Plano de Estabilidade e Crescimento que levamos a Bruxelas” (Público, 22/2).

Quando há meses Bruxelas mandou reduzir o défice em mais 400 milhões, o governo comentara: “não é preciso plano B”. Depois, aplicou-o: mais de 400 milhões de verbas orçamentadas, “cativas”, ficaram por gastar.

A pergunta: é questão de somenos que mandem as necessidades do povo, os serviços públicos, a reposição de salários; ou que mande Bruxelas e a sua austeridade?

Para o PCP e BE, parece sê-lo: votaram o orçamento de austeridade de 2016; e voltaram a votar o orçamento de austeridade para 2017. Bruxelas pode bem com críticas sobre o que “podia ter sido”.

António Costa escolheu: Bruxelas.

Prossegue, portanto, com dar aos banqueiros, e retirar saúde, educação e direitos aos trabalhadores. Na via de Passos Coelho.

Cada qual faça a sua escolha. ■

José Santana Henriques



Editorial

O governo declara não tencionar reverter a caducidade dos contratos colectivos, medida infame introduzida por Passos Coelho, a mando da troika, para quebrar salários e segurança do emprego.

O governo proclama o *trunfo* orçamental (défice inferior ao que a Comissão queria, pasme-se!). Mas isso não quer dizer que houvesse margem para “fazer mais” pelos trabalhadores, acrescenta. Porquê? Porque: a “regra do défice de Maastricht”; o “Programa de Estabilidade e Crescimento”; o “saldo estrutural”; a “dívida”.

Os parceiros, BE, PCP, que apoiam a política orçamental do governo, “discordam”. Que se podia ter feito; que “havia margem”. Mais de mil milhões, diz uma; centenas de milhões, diz outro.

Entretanto, parece que o governo anterior se “esqueceu” de verificar dez mil milhões de transferências para paraísos fiscais nos seus cinco anos de vigência... Dez. Mil. Milhões.

E eles — margens?!

Com margens, eles querem dizer: até se tinha podido fazer mais qualquer coisinha sem deixar de acatar a UE, Maastricht e os pactos todos.

Mas porque havemos de acatar a UE, Maastricht, os pactos?

Quem manda aqui? Os trabalhadores, que somos a esmagadora maioria? Ou quem?

Pela nossa parte, as coisas são claras. O tempo dos equilibristas já passou. Quem aceita a UE, acaba em Passos Coelho. Ou em ajudante dele. Ou em ajudante do ajudante. Da troika.

Os trabalhadores portugueses têm direito a melhor. Têm direito a salários decentes. A não viver na pobreza. A um serviço nacional de saúde que se construa, não se destrua. A transportes que funcionem. A um ensino que ensine todos, em que não chova dentro.

Isso, com a UE, não dá? Com o euro, não dá? Com o BCE, não dá? Fora com eles, então!

Ruptura com a União Europeia! Ruptura com o euro!

Sem ruptura, não pode haver um governo ao serviço dos trabalhadores.

África do Sul

Fim às Propinas! (Fees must fall)

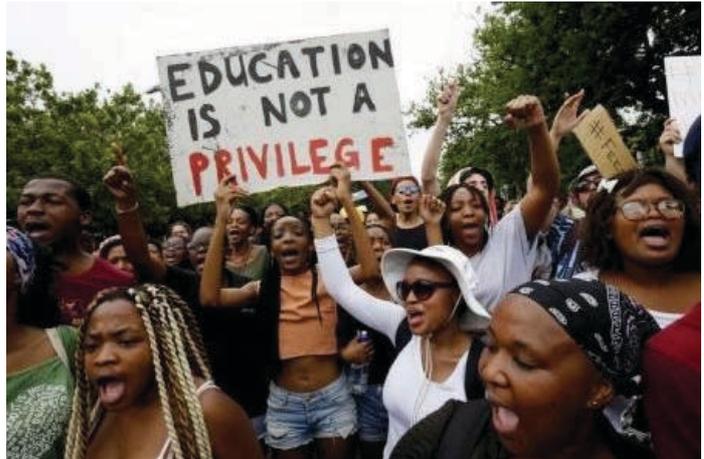
Os estudantes sul-africanos estão desde Setembro em luta pelo fim das propinas. Na altura, o ministro do ensino superior, secretário geral do Partido Comunista, parceiro do ANC, anunciou um aumento de 8% das propinas universitárias. Este aumento agrava as dificuldades de acesso da maioria negra ao ensino superior. Desde logo se ergueu um movimento de resistência que levantou a exigência de um ensino gratuito e “descolonizado” para todos.

A resposta do governo foi a repressão. Polícia e forças de segurança privadas, as mesmas do tempo do Apartheid, exercem violência brutal sobre os estudantes. Há um estudante preso desde Setembro.

A violência do governo do ANC sobre a maioria negra não é nova. O episódio mais conhecido foi o massacre de 34 mineiros negros em Marikana em 2012, em nome das mesmas leis laborais em vigor no tempo do Apartheid.

A mobilização dos estudantes tem recolhido o apoio dos sectores mais combativos dos trabalhadores. Assim, o secretário do sindicato independente dos mineiros, AMCU, ligado à greve de Marikana, exprimiu solidariedade aos estudantes em luta, apresentando, nomeadamente, as seguintes reivindicações:

- libertação de todos os estudantes detidos e fim de todas as acções contra eles;
- policia e segurança privada fora das universidades;
- levantamento de todas as suspensões, expulsões e interdições;
- que o governo se comprometa a garantir a educação gratuita a partir de 15 de Janeiro de 2017;



- plano de recuperação para os estudantes em luta que lhes permita terminarem com sucesso o seu ano lectivo.

Se hoje um ministro “comunista” se recusa a satisfazer as reivindicações dos estudantes, é porque elas são incompatíveis com pagar as dívidas do governo do Apartheid, como mandam os acordos de Kempton Park de 1994.

Estes acordos, assinados pelo ANC de Nelson Mandela e pelo governo do Apartheid, garantiram a manutenção dos privilégios da minoria branca e a continuação da pilhagem das riquezas naturais do país pelo imperialismo.

Para a maioria negra, está na ordem do dia romper com estes acordos, que mantiveram os vestígios do Apartheid. O movimento “Fees must fall” dos estudantes negros exprime esta necessidade existencial: com as propinas, milhares e milhares de estudantes pobres são literalmente ejectados da universidade. De um dia para o outro. ■ RR

Estudantes em Portugal e na Azânia/África do Sul

A Mesma Luta!

Representantes do movimento estudantil da Azânia-África do Sul estiveram na conferência de Mumbai de Novembro de 2016. Para eles, é fundamental a solidariedade dos estudantes e trabalhadores de outros países, saberem que não são os únicos a lutar por um ensino gratuito para todos, é essencial.

E não são, de facto. Em Portugal, a gratuidade do ensino superior está consagrada na constituição – mas não na realidade. Com o processo de Bolonha da União Europeia e outras reformas, deram-se passos no sentido oposto.

Um Encontro Nacional de Direcções Associativas, em 10 e 11 de Dezembro de 2016, aprovou um documento intitulado: “Vozes de 100.000 Estudantes Querem Gratuidade do Ensino Superior”.

O documento salienta que *“O valor da propina sobe gradualmente desde o ano de 1992. Antes do primeiro aumento abrupto registado nesse ano, a propina cifrava-se em cerca de 6 euros. A tendência geral de aumento verificada desde então levou o seu valor máximo a atingir os 1063 euros no ano lectivo de 2015/2016.”*

Subscreveram esta posição 20 estruturas associativas, entre elas as associações académicas de Lisboa e Coimbra, que reivindicam a representação de mais de 100 mil estudantes.

Uma coisa é certa: a luta pelo ensino superior gratuito é comum à juventude e aos trabalhadores de todo o mundo.

Solidariedade com a luta dos estudantes sul-africanos! ■

Índia, fábrica Suzuki-Maruti

Liberdade para os onze operários presos!

A fábrica automóvel Maruti emprega mais de 3.000 trabalhadores no Norte da Índia. Privatizada em 2002, passou ao construtor japonês Suzuki. Desde então, 75% dos operários estão com contratos precários e sem protecção social.

Os operários começaram a construir um sindicato independente, o Maruti-Suzuki Workers Union (MSWU), com trabalhadores do quadro permanente e precários.

Em 2011, o sindicato iniciou o seu processo de reconhecimento legal. Conseguiu-o após uma série de manifestações e greves. A direcção recusou discutir reivindicações de regularização dos precários. Em 18 de Julho de 2012, militantes sindicais deram pela presença de homens de mão a soldo da direcção. Nesse dia, um capataz insultou um operário — com insultos baseados na casta. O operário foi suspenso. O sindicato protestou, exigindo o levantamento da sanção. Deu-se uma rápida explosão de violência, ateadada pela provocação dos homens de mão. A polícia interveio. Um incêndio numa oficina vitimou um gestor. As circunstâncias da morte nunca foram devidamente apuradas.

(continua p. 4)

Reunião de movimentos sociais

No dia 21 de Janeiro, reuniu-se uma quarantena de militantes e jovens representantes de vários movimentos sociais (MS) na SOL-ID, Fábrica das Alternativas, em Algés.

Os chamados MS desempenharam papel importante no desenvolvimento de acções de resistência contra a troika e União Europeia e o seu governo Passos/Portas, nomeadamente as acções “Que se Lixe a Troika”.

A discussão centrou-se em: que alternativas para o futuro? Alguns militantes procuraram fazer um balanço das acções passadas, dizendo ser necessário recuperar o espaço perdido de 2011. Verificava-se actualmente uma certa apatia e desmobilização para acções a desenvolver. Referiu-se que, para desencadear acções, eram precisos objectivos claros e concretos para poder capitalizar o descontentamento mais geral. Não saem facilmente à rua 500 mil pessoas, como na altura do combate contra Passos/Portas e a TSU.

Os MS apareceram e desenvolveram-se porque os sindicatos e os partidos que falam em nome dos trabalhadores não deram resposta. Não visaram o derrube do governo senão através de eleições. O que só veio a acontecer passados 4 anos.

Agora, com este governo, não houve ruptura com as políticas de austeridade. Apenas algumas repositões e melhorias, partindo do insuportável.

A necessidade é revogar as leis anti-laborais, desbloquear a contratação colectiva, para poder acabar com a precariedade e melhorar os salários. É uma tarefa central dos sindicatos, do movimento sindical.

Este é um aspecto extremamente importante a desenvolver: exigir da maioria de esquerda na Assembleia da República a revogação daquelas medidas. Quanto mais cedo se avançar na criação de um movimento com este desígnio melhor! **JSH**

A caducidade não se reverte?!

O Ministro do Trabalho: “*Vou ser claro: não somos a favor da reversão do princípio da caducidade*” na contratação coletiva. (Público, 10/2).

O anterior governo estava ao serviço do patronato e da troika. E este?!

O governo do PS quer manter a legislação em relação aos sindicatos e à contratação colectiva! Podemos ficar à espera? À espera de quê?

Mobilização na unidade dos trabalhadores para impor ao governo a reversão das leis anti-laborais de Passos/Portas!

As direcções sindicais e os partidos que dizem representar os interesses dos trabalhadores que assumam as suas responsabilidades!

Defesa do Serviço Nacional de Saúde

Contra a destruição dos hospitais públicos

A publicação do Decreto-Lei n.º 18/2017, de 10 de Fevereiro, regulamentando as unidades do Serviço Nacional de Saúde (SNS) com a natureza de entidades públicas empresariais (EPE), anuncia um passo mais no sentido da destruição desta conquista do 25 de Abril de 1974.

Desde logo, fazendo prevalecer os hospitais e serviços EPE (31) sobre os do sector público administrativo (6) enquanto entidades dotadas de personalidade jurídica, autonomia administrativa, financeira e patrimonial e com natureza empresarial, emparelhando com entidades privadas contratadas para prestarem cuidados de saúde através de estabelecimentos integrados, ou a integrar, no

SNS em regime de parcerias público-privadas.

Sujeita aos objectivos fixados pelo governo, a prestação de cuidados de saúde pelas EPE deverá ser financiada através de contratos-programa plurianuais com o Estado, baseados nas tabelas de preços e acordos em vigor no SNS e nos modelos de capitação ajustada pelo risco a partir das características da população assistida, critérios suficientemente subjectivos para permitir a redução da qualidade dos cuidados em função dos seus custos, limitando-se as transferências do Orçamento de Estado aos serviços residuais do sector público administrativo.

Degradação anunciada dos cuidados de saúde, mas também de importantes direitos dos trabalhadores das unidades que os prestam, com os das EPE sujeitos ao regime precário do contrato previsto no Código do Trabalho do governo Passos-Portas e ao regime geral da segurança social, mantendo-se os mapas de pessoal dos trabalhadores com vínculo de emprego público (fragilizado pela Lei n.º 35/2014 de 20 de Junho) até à extinção dos seus lugares quando vagarem.

É caso para perguntar: O que impede a maioria PS, PCP e BE de revogar, na Assembleia da República, as leis que liquidam o SNS e os direitos da maioria da população?

Não será a sua recusa de romper com a União Europeia, ao aprovarem o Orçamento de Estado por ela homologado?

Não deverão as direcções de todas as organizações dos trabalhadores promover a sua mobilização unida para impor a restauração e o alargamento dos seus direitos? ■

Alexandre Ulisses

Um relatório útil

“História do Serviço Nacional de Saúde em Portugal: a saúde e a força de trabalho, do Estado Novo aos nossos dias”

(AAVV, Coordenação de Raquel Varela e Renato Guedes),

Conselho Regional do Sul da Ordem dos Médicos; Observatório para as Condições de Vida, FCSH/UNL; Instituto de História Contemporânea (FCSH/UNL), 2016

Trabalho de grande interesse para o conhecimento da história do SNS e do seu contributo decisivo para a melhoria do bem-estar bio-psico-social da maioria da população portuguesa, enquanto conquista de referência da revolução de 25 de Abril de 1974, a par das consequências dos ataques visando a sua destruição, apoiado na sua contextualização internacional com base no exemplo britânico.

Ficha técnica

Publicado pelo grupo “A Internacional”;
Endereço mail: ainternacional.pt@gmail.com;

Responsável: José Júlio Santana Henriques
Página web: <http://ainternacional.pt>

Centenário da Revolução Russa de 1917

“O mecanismo fundamental do movimento revolucionário”

Publicamos abaixo o segundo artigo de uma série do historiador Jean-Jacques Marie sobre a Revolução Russa de 1917. Série publicada em primeira mão no jornal dos nossos camaradas franceses, “*La Tribune des travailleurs*”.



Os partidos operários, especialmente os bolcheviques, estavam, desde Agosto de 1914, sujeitos a uma repressão que mandara para a prisão ou para o exílio numerosos militantes e quadros dirigentes. Na noite e madrugada de 26 de Fevereiro, a polícia prendera, ainda por cima, uma centena de militantes de diferentes grupos e partidos revolucionários em Petrogrado. Daí provém a

afirmação, muitas vezes repetida, de que as greves e manifestações que derrubariam o czarismo eram um movimento puramente espontâneo e instintivo das massas, tanto mais que nenhuma organização apelara a fazer greve e manifestações no dia 23 de Fevereiro. É tomar a aparência por realidade. As próprias centenas de militantes que, a certa altura desmoralizados pela guerra, pela “união nacional” e pela repressão, haviam abandonado a actividade militante, não deixavam de ser portadores de uma continuidade que a repressão não conseguia apagar. Nas fábricas e escritórios, mantinham as tradições da revolução de 1905 e dos vastos movimentos de greve que, entre 1912 e 1914, sacudiram a Rússia após o massacre dos grevistas das minas de ouro da Lena Goldfield, em Abril de 1912, que abalara já o regime czarista. Isso mesmo explica e demonstra Trotsky nas linhas abaixo, extraídas da sua *História da Revolução Russa*. ■ **J.-J. M.**

“Em cada fábrica, em cada corporação, em cada companhia militar, em cada taverna, nos hospitais militares, em cada aquartelamento e até no campo despovoado, o trabalho molecular da ideia revolucionária progredia. Em toda a parte havia comentadores dos acontecimentos, principalmente operários, que serviam de fonte de informação; deles se esperava a palavra necessária. Estes chefes de fila, em tantos casos entregues a si próprios, ingeriam migalhas de generalizações revolucionárias que lhes chegavam por diferentes vias, descobrindo sozinhos o que precisavam de saber, lendo entre as linhas dos jornais liberais. O seu

instinto de classe era aguçado pelo critério político e, se nem sempre levavam todas as suas ideias até às últimas consequências, nem por isso o seu pensamento trabalhava menos, sem descanso, com obstinação, sempre na mesma direcção. Os elementos de experiência, de crítica, de iniciativa, de abnegação, penetravam as massas e constituíam o mecanismo íntimo, invisível decerto ao olhar superficial, mas nem por isso menos decisivo, do movimento revolucionário enquanto processo consciente.

Aos presunçosos políticos do liberalismo e do socialismo domesticado, tudo o que acontece nas massas figura-se habitualmente como um

processo instintivo, tal como se se processasse num formigueiro ou numa colmeia. Na realidade, o pensamento que se enroscava na massa operária era bem mais audaz, mais perspicaz e mais consciente do que as ideiazinhas com que as classes cultivadas passavam o tempo. Mais: o pensamento operário era mais científico – não só porque fora em larga medida fecundado pelos métodos do marxismo, mas, sobretudo, porque se alimentava constantemente da experiência viva das massas, que em breve haviam de fazer a sua entrada na arena revolucionária.”

Índia (continuação da p.2)

Não obstante, 147 operários foram presos nos dias seguintes, mesmo operários que nem estavam na fábrica na altura.

Hoje, quatro anos depois, onze operários continuam na prisão. Nambiath Vasudevan, co-relator da Conferência de Mumbai contra a guerra, a exploração e o trabalho precário, defensor de sempre dos operários da Maruti em nome da iniciativa sindical New Trade Union Initiative: “*Os funcionários indianos avisaram os*

tribunais de que libertar os operários da Maruti seria um mau sinal para os investidores estrangeiros”.

Depois de escutar dois militantes sindicais, Pardeep Gujjar e Ram Niwas, recentemente libertos, a conferência mundial de Mumbai propôs a organização de delegações amplas de trabalhadores junto das embaixadas da Índia no mundo inteiro para exigir a libertação imediata dos onze trabalhadores da Maruti ainda encarcerados.